



SES-TO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO TOCANTINS

ENFERMEIRO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico e Matemático
- ▶ História e Geografia do Estado do Tocantins
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca FGV

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026

SES-TO - Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins

SES-TO

Enfermeiro

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Enfermeiro de acordo com o Edital nº 01/2026, da Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins - SES-TO.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca FGV, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS.....	11
■ TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS.....	14
CONHECENDO OS TIPOS TEXTUAIS.....	14
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	19
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	19
■ EMPREGO DA PONTUAÇÃO.....	20
■ CLASSES DE PALAVRAS E SUAS FLEXÕES.....	24
Colocação Pronominal	33
CORRESPONDÊNCIA ENTRE TEMPOS E MODOS VERBAIS	34
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	41
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	45
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO.....	48
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	58
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	60
■ COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL	67
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	72
■ REESCRITA DE FRASES E SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS	74
■ REDAÇÃO OFICIAL	76
 RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO.....	 115
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS	115
■ RAZÕES E PROPORÇÕES	121
JUROS SIMPLES.....	126
JUROS COMPOSTOS.....	128
REGRA DE TRÊS SIMPLES	130
REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	132

PORCENTAGEM	134
■ EQUAÇÕES, INEQUAÇÕES E SISTEMAS DE EQUAÇÕES	136
■ FUNÇÕES	146
■ SEQUÊNCIAS	162
■ MATRIZES E DETERMINANTES.....	166
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA	174
PROBABILIDADE.....	177
■ ESTATÍSTICA DESCRITIVA	183
■ PROPOSIÇÕES LÓGICAS.....	187
CONECTIVOS	190
TABELAS-VERDADE	191
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....	194
■ EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES.....	195
■ ARGUMENTAÇÃO LÓGICA	203
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	204
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO TOCANTINS	211
■ PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS	211
FORMAÇÃO TERRITORIAL.....	211
■ ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA	212
■ ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	214
Economia do Estado	215
■ POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	218
Desenvolvimento Regional.....	218
■ PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL	221
■ CLIMA, VEGETAÇÃO, RELEVO, HIDROGRAFIA	221
■ RECURSOS NATURAIS	229
Unidades de Conservação.....	230
■ MATRIZ PRODUTIVA E MATRIZ ENERGÉTICA	231

LEGISLAÇÃO	239
■ SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – LEI FEDERAL Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: GESTÃO E DIRETRIZES	239
PRINCÍPIOS E REGIONALIZAÇÃO	243
ORGANIZAÇÃO	245
FINANCIAMENTO	257
■ PARTICIPAÇÃO NO SUS	260
■ CONTROLE SOCIAL NO SUS	263
■ CONSELHOS DE SAÚDE.....	264
■ CONFERÊNCIAS DE SAÚDE.....	267
■ COMISSÕES INTERGESTORES.....	269
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL, SEÇÃO II – DA SAÚDE.....	270
■ LEI FEDERAL Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.....	274
■ DECRETO FEDERAL Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011.....	276
■ POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO (PNH).....	284
■ POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA.....	291
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	303
■ SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	303
■ VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	306
PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS PREVALENTES NO CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO BRASILEIRO	306
DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS	314
PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES.....	314
■ MODALIDADES ASSISTENCIAIS	315
HOSPITAL-DIA	315
ASSISTÊNCIA DOMICILIAR	316
TRABALHO EM GRUPO	316
PRÁTICA DE ENFERMAGEM NA COMUNIDADE	316
CUIDADO EM SAÚDE DA FAMÍLIA	316

ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	317
■ TEORIAS E PROCESSO DE ENFERMAGEM.....	317
■ TAXONOMIAS DE DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM	321
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO ADULTO COM TRANSTORNO MENTAL	323
■ UNIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL.....	325
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)	326
HOSPITAL PSIQUIÁTRICO	326
■ INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL	327
■ PSICOPATOLOGIAS E PSICOFARMACOLOGIA;	327
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM GERONTOLOGIA.....	329
■ PROCEDIMENTOS TÉCNICOS EM ENFERMAGEM.....	329
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA	330
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES COM ALTERAÇÕES	333
FUNÇÕES CARDIOVASCULARES E CIRCULATÓRIAS	333
FUNÇÕES DIGESTIVAS E GASTROINTESTINAIS	334
FUNÇÕES METABÓLICAS E ENDÓCRINAS	334
FUNÇÕES RENAIIS E DO TRATO URINÁRIO.....	335
FUNÇÕES REPRODUTIVAS	337
FUNÇÕES TEGUMENTARES.....	338
FUNÇÕES NEUROLÓGICAS	339
FUNÇÕES MUSCULOESQUELÉTICAS.....	340
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM APLICADA À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DA MULHER, COM ÊNFASE NAS AÇÕES DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE.....	342
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À GESTANTE, PARTURIENTE E PUÉRPERA	344
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO: MODELOS DE ATENÇÃO AO RECÉM-NASCIDO QUE COMPÕEM O PROGRAMA DE HUMANIZAÇÃO NO PRÉ-NATAL E NASCIMENTO	345
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À MULHER NO CLIMATÉRIO, MENOPAUSA E PREVENÇÃO E TRATAMENTO DAS GINECOPATIAS	349
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA SADIA.....	353

CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO, ALEITAMENTO MATERNO, ALIMENTAÇÃO E CUIDADO NAS DOENÇAS PREVALENTES DA INFÂNCIA (DIARREICAS E RESPIRATÓRIAS)	353
■ ATENDIMENTO A PACIENTES EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	357
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SERVIÇO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR E SUPORTE BÁSICO DE VIDA	358
EMERGÊNCIAS RELACIONADAS AOS TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS	365
ATENDIMENTO INICIAL AO POLITRAUMATIZADO.....	366
ATENDIMENTO NA PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA.....	368
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE CRÍTICO COM DISTÚRBIOS HIDROELETROLÍTICOS E ÁCIDO-BASE.....	371
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA E VENTILAÇÃO MECÂNICA	372
■ AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSCIÊNCIA NO PACIENTE EM COMA	378
■ VIOLÊNCIA, ABUSO DE DROGAS, INTOXICAÇÕES E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS	381
■ GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM EM SERVIÇOS DE SAÚDE.....	383
■ AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NOS PROCESSOS DE TRABALHO	384
■ PROCESSO DE TRABALHO DE GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM	385
■ ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM EM PROCEDIMENTOS E MÉTODOS DIAGNÓSTICOS.....	386
■ AGRAVOS À SAÚDE RELACIONADOS AO TRABALHO	387
■ PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM SAÚDE E ENFERMAGEM.....	390
■ CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO (CME).....	393
PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO, CONTROLE DE QUALIDADE E VALIDAÇÃO DOS PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE	393
■ PRÁTICAS DE BIOSSEGURANÇA APLICADAS AO PROCESSO DE CUIDAR.....	403
■ RISCO BIOLÓGICO E MEDIDAS DE PRECAUÇÃO PARA A SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	405
■ PRECAUÇÃO-PADRÃO E PRECAUÇÕES BASEADAS NAS FORMAS DE TRANSMISSÃO DAS DOENÇAS	406
DEFINIÇÃO	406
INDICAÇÕES DE USO.....	406
RECURSOS MATERIAIS.....	406
■ MEDIDAS DE PROTEÇÃO NAS SITUAÇÕES DE RISCO POTENCIAL DE EXPOSIÇÃO	406

■ CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR.....	407
■ CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	410
■ QUALIDADE E SEGURANÇA NO CUIDADO DO PACIENTE	423

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

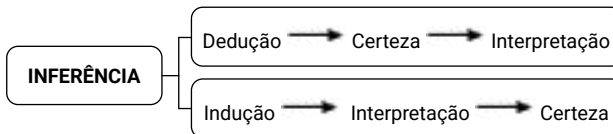
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo **N*** para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “n” é o número “n+1”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “n” é o número “n-1”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, (n - 1, n e n+1) são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

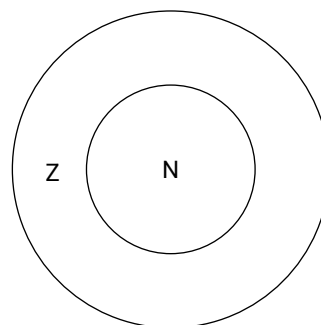
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$Z = \{\dots -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos (Z^+)** = $\{0, 1, 2, 3, \dots\}$. Veja que estes são os números naturais;
- **Números inteiros não positivos (Z^-)** = $\{\dots -3, -2, -1, 0\}$. Veja que o zero também faz parte deste conjunto, pois ele não é positivo nem negativo;

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

PERÍODO COLONIAL: O NORTE DE GOIÁS

As três primeiras décadas da chegada portuguesa ao Brasil foram marcadas por um esforço de garantir a posse da nova terra. Após essas décadas, a colonização começou a tomar forma, tendo como sentido básico fornecer ao comércio europeu alimentos e minérios importantes. Nesse contexto, a política da metrópole consistia em incentivar a empresa comercial, tendo como base a exportação de poucos produtos em larga escala e sendo assentada na grande propriedade: os latifúndios. O responsável por cumprir melhor esse papel era o açúcar, que, além disso, fazia a alegria do mercado europeu (Fausto, 2019; Schwarcz; Starling, 2018).

Como afirma Boris Fausto (2019), ao longo de alguns séculos a Coroa portuguesa garantiu os maiores ganhos possíveis do empreendimento colonial partindo de concepções políticas vigentes. Essas concepções são sintetizadas pela expressão mercantilismo. Concepções, e não concepção. É errônea a ideia de uma política econômica europeia homogênea que abrange um período entre os séculos XV e XVIII.

Tal política variou muito ao longo do tempo e de país para país, mas é possível estabelecer traços comuns: na prática e na teoria, existia o princípio de que não haveria ganho para um Estado sem prejuízo de outro; o ganho era alcançado atraindo o maior número possível do estoque mundial de metais preciosos, o que, por sua vez, era atingido a partir de políticas como:

[...] reduzir pela tributação elevada, ou proibir a entrada de bens manufaturados de estrangeiros e facilitar o ingresso de matérias-primas; inversamente, proibir a saída de matérias-primas produzidas no país e estimular a exportação de manufaturados quando estes concorressem vantajosamente no mercado internacional. (Fausto, 2019, p. 50)

Além disso, esses Estados promoviam políticas protecionistas, estimulavam a exportação de bens manufaturados, buscavam a acumulação de metais preciosos e mantinham monopólios comerciais como meio de assegurar a prosperidade econômica. Além de explorar, conquistar e colonizar novas terras, os colonizadores tinham também uma justificativa ideológica: a expansão da fé cristã. “Explorava-se em nome de Deus e do lucro”, como afirmou um comerciante italiano (Amado; Garcia, 1989, p. 9).

A preocupação em converter as populações nativas ao cristianismo era constante, não apenas pela difusão do catolicismo, mas também como mecanismo de controle e pacificação dos povos nativos — indígenas — dos territórios usurpados por europeus. A colônia brasileira, sob administração política e econômica da metrópole, Portugal, tinha como principal função fornecer produtos tropicais e/ou metais preciosos, ao mesmo tempo que consumia produtos da metrópole, em virtude do pacto colonial.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

O processo histórico que compreende a formação de uma região e como ela se desenvolve é conhecido como formação territorial. A formação territorial pode envolver questões como aquisição de território através de conquistas, tratados, colonização, migração, alterações políticas, incluindo mudanças nas fronteiras, anexações e desmembramentos.

Processo de Formação

O processo de formação do estado do Tocantins é repleto de especificidades. O estado foi criado em 5 de outubro de 1988, porém as iniciativas de separação em relação a Goiás são, como veremos neste capítulo sobre a história do estado, algo recorrente em toda sua trajetória.

Portugal iniciou a colonização do território brasileiro pela costa litorânea, dando ênfase à produção de cana-de-açúcar como principal item de exportação. Enquanto os colonizadores portugueses se concentravam na faixa litorânea, ingleses, franceses e holandeses conquistaram a região norte do Brasil, estabelecendo colônias que serviriam como bases para a exploração do interior do território. Os franceses foram os primeiros europeus a chegar ao território atual de Tocantins.

A Invasão Francesa ao Extremo Norte de Goiás

Após a tentativa frustrada dos franceses na experiência chamada França Antártica, houve uma tentativa de estabelecer colônias francesas no Rio de Janeiro, empreendida por Villegagnon em 1555. Retornaram e se estabeleceram no forte de São Luís, na costa maranhense, onde tentaram implementar a denominada França Equinocial, fundando um povoado chamado Saint Louis. No dia 8 de setembro de 1612, foi realizada a primeira missa no local, consolidando simbolicamente o lugarejo. A ocupação francesa foi vasta, com a criação de colônias nas margens do Rio Tocantins, chegando até a foz do Araguaia (Schwarcz; Starling, 2018). O Rio Tocantins, que tem sua nascente no Planalto Central de Goiás e corta todo o território atual do Tocantins, fluindo no sentido sul-norte, tornou-se uma das principais rotas de exploração e reconhecimento da área nesse processo.

Até o início do século XVII, a região norte da colônia não atraiu o interesse dos portugueses. Mas, percebendo o interesse francês, as tropas portuguesas se reuniram na capitania de Pernambuco, entraram no povoado de Saint Louis e subjugaram os franceses em 4 de novembro de 1615. A partir disso, os portugueses estabeleceram colônias na região e introduziram a economia do açúcar. Embora os franceses tenham posteriormente se estabelecido na região da Guiana,

LEGISLAÇÃO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – LEI FEDERAL Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: GESTÃO E DIRETRIZES

Neste momento, estudaremos a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Essa legislação é mais conhecida como a Lei Orgânica da Saúde.

A Lei Orgânica da Saúde é um documento fundamental para estabelecer as diretrizes na organização e operação do sistema de saúde brasileiro, sendo o principal ponto de referência para compreender a política de saúde no Brasil.

Desta forma, temos que os principais temas abordados na Lei nº 8.080, de 1990, são:

- determinantes sociais em saúde;
- vigilância em saúde;
- princípios e diretrizes do SUS;
- políticas para populações específicas;
- responsabilidades das três esferas de governo;
- estrutura de governança do SUS;
- política de recursos humanos;
- participação complementar do privado.

A saúde é um direito fundamental trazido na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e está prevista dentro do capítulo dos Direitos Sociais (art. 6º) e, também, nos artigos dos números 196 ao 200, da Constituição.

Os direitos sociais visam garantir uma melhor condição de vida para os indivíduos que compõem a nossa sociedade e, para que isso aconteça, precisamos da atuação do Estado.

Art. 6º (CF, de 1988) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

[...]

Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. [...]

Sendo a saúde um direito fundamental que exige uma atuação positiva do Estado, pode-se concluir que implementá-la no país não é nada fácil, tendo em vista os custos altos para garantir uma saúde de qualidade a todos os cidadãos. Nesse sentido, a Lei nº 8.080, de

1990, foi editada para regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à saúde.

É importante mencionar, também, que cabe ao poder público garantir a saúde a todos os brasileiros, estrangeiros residentes no país e estrangeiros que estão de passagem no território brasileiro, sendo uma **responsabilidade** solidária de todos os entes políticos, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal. Veja:

Consolidou-se a jurisprudência desta Corte no sentido de que, embora o art. 196 da Constituição de 1988 traga norma de caráter programático, o Município não pode furtar-se do dever de propiciar os meios necessários ao gozo do direito à saúde por todos os cidadãos. Se uma pessoa necessita, para garantir o seu direito à saúde, de tratamento médico adequado, é dever solidário da União, do Estado e do Município providenciá-lo. (AI 550.530 AgR, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 26-6-2012, 2ª T, DJE de 16-8-2012)

O direito à saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço. (AI 734.487 AgR, rel. min. Ellen Gracie, j. 3-8-2010, 2ª T, DJE de 20-8-2010)

Sendo assim, a saúde é um dever do Estado, o qual deve procurar implementá-la por meio de políticas públicas eficientes que garantam o acesso a todos, além de procurar reduzir os riscos de doenças.

Neste momento, entraremos propriamente na Lei nº 8.080, de 1990, e em seus pontos mais importantes — lembrando que é recomendada a leitura da lei em sua integralidade, tendo em vista que é impossível prever o que poderá ser cobrado pela banca organizadora do seu concurso.

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, **executados** isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, **por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado**.

As ações e os serviços de saúde são realizados pelo poder público e podem também ser realizados por pessoa física ou jurídica de direito privado, ou seja, trata-se de uma atividade que também é aberta à iniciativa privada, devendo ser observadas as exigências legais.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela Constituição Federal, de 1988, e regulamentado pelas Leis nº 8.080, de 1990, e nº 8.142, de 1990, representa um marco na política social brasileira, ao definir a saúde como um direito de todos e um dever do Estado.

A sua consolidação como um sistema de saúde universal, integral e equânime depende de uma complexa articulação entre as esferas de governo, envolvendo aspectos de financiamento, planejamento, organização e prestação de serviços.

O presente material tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a legislação do SUS, com foco em seus mecanismos de operacionalização e governança.

Para tanto, serão abordados temas centrais, como:

- a transferência intergovernamental de recursos;
- os contratos organizativos;
- as portas de entrada;
- o planejamento e financiamento;
- a Rede de Atenção à Saúde (RAS); e
- os diferentes níveis de complexidade da atenção.

TRANSFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE RECURSOS NO SUS

A transferência intergovernamental de recursos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tem como foco sua operacionalização para a garantia da equidade no acesso aos serviços de saúde.

A Lei nº 8.142, de 1990, é o dispositivo principal nesse processo, ao dispor sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Essa legislação estabelece as bases para que os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) sejam alocados e repassados de forma regular e automática aos municípios, estados e ao Distrito Federal, conforme critérios definidos na Lei nº 8.080, de 1990.

Os recursos do FNS destinam-se a despesas de custeio e capital do Ministério da Saúde, investimentos previstos em lei orçamentária e a cobertura de ações e serviços de saúde a serem implementados pelos entes federados

Requisitos para o Recebimento e Impacto da Descentralização

Para que os municípios, estados e o Distrito Federal recebam os recursos das transferências intergovernamentais, a Lei nº 8.142, de 1990, estabelece requisitos como ter um fundo de saúde, um conselho de saúde com composição paritária, um plano de saúde aprovado e a apresentação de relatórios de gestão.

Da mesma forma, exige-se uma contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento e a criação de uma comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS).

O não atendimento a esses requisitos pode implicar na administração dos recursos pelos estados ou pela União. As transferências intergovernamentais são cruciais para a descentralização do SUS, permitindo que as ações e os serviços de saúde sejam planejados e executados de forma mais próxima às necessidades da população local.

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamenta o § 3º, do art. 198, da Constituição Federal, estabelecendo os valores mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde, fortalecendo o financiamento do sistema.

Desafios e Perspectivas do Financiamento

O financiamento do SUS enfrenta desafios como o subfinanciamento crônico e a necessidade de otimização na aplicação dos recursos, além de garantir a equidade na distribuição entre as diferentes regiões do país.

A crise econômica tem impactado significativamente o financiamento, com a redução de repasses e o teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que gera preocupações sobre o subfinanciamento.

A gestão por resultados, que vincula a alocação de recursos ao desempenho dos serviços e à melhoria dos indicadores de saúde, é uma abordagem que busca eficiência, mas enfrenta desafios na implementação de indicadores claros e sistemas de informação integrados.

Os desafios demográficos, como o envelhecimento populacional e o aumento de doenças crônicas, também exercem pressão sobre o financiamento, exigindo planejamento a longo prazo e busca por soluções inovadoras.

O controle social, exercido pelos conselhos de saúde, é fundamental para a transparência e correta aplicação dos fundos, mas depende da capacitação dos conselheiros e do acesso a informações claras.

A qualidade da gestão local é determinante para a efetividade das transferências, e a busca por um modelo de distribuição que minimize as desigualdades regionais é um desafio contínuo.

CONTRATOS ORGANIZATIVOS NO SUS

No contexto do Sistema Único de Saúde, os Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) são instrumentos estratégicos que fortalecem a integração entre instituições de ensino e serviços de saúde.

O COAPES visa aprimorar a formação de profissionais de saúde, alinhando as necessidades educacionais às demandas do SUS e, assim, qualificar a assistência prestada à população. Esse tipo de contrato formaliza a cooperação entre as partes, estabelecendo responsabilidades e compromissos mútuos para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cenários de prática do SUS.

A instituição do COAPES encontra sua fundamentação na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o Programa Mais Médicos e previu a necessidade de integração ensino-serviço.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.